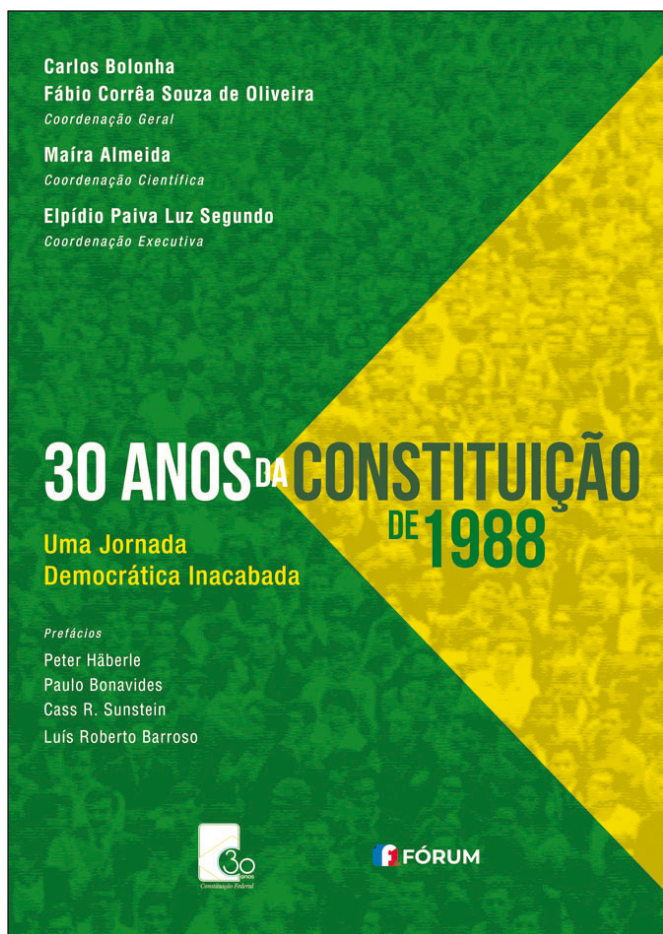




“No Brasil, sob o ‘céu’ de uma *evocatio dei* (‘Deus é brasileiro’) desde 1988, pode-se observar um sábio *equilíbrio de tradição e inovação*.” “Mesmo as melhores constituições [...] são ‘edifícios’ e estruturas ‘inacabadas’, tão vulneráveis, tão frágeis quanto todo o trabalho humano. [...] Do ponto de vista da ciência cultural, [...] o Estado Constitucional é, antes de mais nada, o projeto de paz por excelência”.

Peter Häberle

“Das misérias morais na vida dos povos, a mais devastadora é a miséria política associada à corrupção. Ela arruína repúblicas, arrasa reinos, corrompe governos, instaura ditaduras, leva regimes e instituições ao despreparo e ao patíbulo, veste de luto uma nação, derrama sangue inocente, sacrifica gerações, opera os piores retrocessos da história, acende as chamas do ódio, da guerra civil e da desunião mortal”.

Paulo Bonavides

“As Constituições protegem alguns direitos devido à crença de que esses direitos são, em algum sentido, pré ou extra-políticos — isto é, porque os indivíduos devem poder exercê-los, independentemente do que as majorias possam pensar”.

Cass R. Sunstein

“É sempre bom lembrar: a história é um caminho que se escolhe, e não um destino que se cumpre. Ao longo dos anos, a Constituição tem sido uma boa bússola. Sobre o desencanto de uma República que ainda não foi, precisamos que ela nos oriente em um novo começo”.

Luís Roberto Barroso

Carlos Bolonha
Fábio Corrêa Souza de Oliveira
Coordenação Geral

Máira Almeida
Coordenação Científica

Elpídio Paiva Luz Segundo
Coordenação Executiva

Prefácios
Peter Häberle
Paulo Bonavides
Cass R. Sunstein
Luís Roberto Barroso

30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

Uma Jornada Democrática Inacabada

Área específica

DIREITO CONSTITUCIONAL

Áreas afins

DIREITO CONSTITUCIONAL, TEORIA
DO DIREITO E DIREITO PÚBLICO.

Público-alvo/consumidores

ACADÊMICOS E PESQUISADORES DE
DOUTORADO, MESTRADO,
PÓS-GRADUAÇÃO E GRADUAÇÃO.
ADVOGADOS E OPERADORES DO DIREITO.

FORMATO: 17 X 24 cm
CÓDIGO: 10001526

A244 Advocacia pública contemporânea: desafios da defesa do Estado / Carlos Figueiredo Mourão, Regina Tamami Hirose (Coord.). – Belo Horizonte : Fórum, 2019.

478 p. ; 14,5cm x 21,5cm.
ISBN: 978-85-450-0578-0

1. Direito Constitucional. 2. Direito Administrativo. 3. Teoria Geral do Estado. I. Mourão, Carlos Figueiredo. II. Hirose, Regina Tamami. III. Título.

CDD 341.2
CDU 342

Carlos Bolonha é Doutor em Direito pela PUC-Rio. Professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do seu Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito. Pesquisador Produtividade do CNPq. Coordenador do Laboratório de Estudos Institucionais (LETACI). Editor da *Revista Estudos Institucionais (REI)*. Atualmente, é Diretor da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ.

Fábio Corrêa Souza de Oliveira é Professor de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Coordenador do Laboratório de Pesquisa em Direito Administrativo/UFRJ e do Centro de Ética Ambiental/UFRJ. Ex-Professor de Direito Constitucional da UFRJ e UNIRIO. Professor do PPGD/UNESA e Diretor do PPGD/UNIFG (BA). Mestre e Doutor em Direito pela UERJ. Pesquisador visitante na Faculdade de Direito de Coimbra (2004/CAPES). Pós-Doutorado em Direito na UFSC (CNPQ).

Maíra Almeida é Mestra e doutoranda em Teorias Jurídicas Contemporâneas do Programa de Pós-Graduação em Direito – Faculdade Nacional de Direito – UFRJ, com período sanduíche em *Harvard Law School* (2016-2017), com o apoio da Comissão Fulbright. Pesquisadora do Laboratório de Estudos Institucionais (LETACI). Advogada.

Elpídio Paiva Luz Segundo é Pesquisador do Laboratório de Pesquisa em Direito Administrativo/UFRJ. Mestre em Direito. Doutorando em Direito pela Universidade Estácio de Sá (UNESA). Professor da Faculdade de Direito do Centro Universitário Guanambi (UNIFG). Advogado..

SUMÁRIO

PARTE I BALANÇOS NOS TRINTA ANOS

POR UMA REPÚBLICA INCLUSIVA: USOS E ABUSOS DO PRINCÍPIO REPUBLICANO NOS 30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Daniel Sarmento	59
1 Introdução.....	59
2 A República que não temos sido: Patrimonialismo, Cordialidade e Desigualdade.....	59
3 O princípio republicano e seus componentes.....	61
3.1 Elegibilidade e temporariedade dos mandatos políticos.....	62
3.2 Responsabilidade dos governantes e autoridades por seus atos.....	62
3.3 Igualdade republicana: ninguém abaixo e ninguém acima das leis	64
3.4 Liberdade contra a tirania e a sujeição: a não dominação	65
3.5 Separação entre o público e o privado: impessoalidade, transparência e controle na gestão da coisa pública.....	66
3.6 A participação do cidadão: direitos e responsabilidades perante a “coisa pública”	68
4 O que o Princípio Republicano não deve ser: não ao <i>republicanismo seletivo</i> , ao <i>republicanismo dos heróis mascarados</i> e ao <i>jacobinismo republicano</i>	69
5 Conclusão.....	70
Referências	71

30 ANOS DE CONSTITUIÇÃO: UM BALANÇO

Fábio Corrêa Souza de Oliveira, Larissa Pinha de Oliveira	73
1 Notas iniciais	73
2 Um balanço doutrinário.....	74
3 Um balanço jurisprudencial.....	76
4 Dois estudos de caso	78
4.1 Parques ambientais: modelo ético, constitucional e administrativo	78
4.2 Vaquejada: a entrada da Ética Animal no STF e <i>backlash</i>	81
5 Considerações finais.....	86
Referências	88

A PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA 30 ANOS DEPOIS – A “METAMORFOSE INCOMPLETA”

Fábio Zambitte Ibrahim	91
1 Introdução – Proteção social e liberdade.....	91
2 Previdência Social no Brasil – As lacunas de cobertura	92
3 Financiamento do Sistema – Reflexos da metamorfose incompleta	93
4 Conclusão – A necessidade de universalidade de cobertura e financiamento	97
Referências	97

“CHEGA DE GOLPES”, “O PAÍS JÁ VIVE A CONSTITUIÇÃO”: EXPECTATIVAS, EFETIVIDADE CONSTITUCIONAL E ESPERANÇAS NA IMPRENSA BRASILEIRA NOS DIAS 5 E 6 DE OUTUBRO DE 1988

Gustavo Silveira Siqueira	99
1 Introdução.....	99
2 05 de Outubro de 1988: o Dia da Promulgação.....	99
3 06 de Novembro de 1988: notícias sobre a festa, chega de golpe!	102
4 Palavras finais.....	106
Referências	107

30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988: UM OLHAR HERMENÊUTICO DE UMA JORNADA INACABADA

Lenio Luiz Streck	109
1 Palavras primeiras	109
2 Com que olhos temos visto a Constituição?	109
3 É a Constituição o que o Judiciário diz que ela é?	114
4 Considerações para uma Jornada Inacabada	118
Referências	118

OS TRINTA ANOS DA CONSTITUIÇÃO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: A CELEBRAÇÃO INTERROMPIDA

Maria Paula Dallari Bucci	119
1 Permanência e transformação sob a CF 88.....	119
2 “Rigidez Complacente”: uma centena de Emendas Constitucionais e seus diversos efeitos.....	121
3 “Compromisso Maximizador”: o sucesso das políticas públicas constitucionalizadas.....	122
4 “Sistema Político Consensual”: a sustentação democrática da CF em xeque.....	127
Referências	129

PARTE II ENTORNO DA TEORIA DA CONSTITUIÇÃO

A CONSTITUIÇÃO DESCONSERTADA

André Ramos Tavares	133
1 A Constituição Cidadã	133
2 A desconstrução de um pacto social e democrático.....	136
3 A Constituição-Menos-Cidadã e o Mercado-Divindade	138
3.1 O novo modelo: um Pacto não pactuado de austeridade, de segurança seletiva e persecutório (controle e contenção).....	141
4 A Constituição de 1988 entre o passado auspicioso, o desconcerto atual e o projeto de futuro desejável e possível.....	145
Referências	146

LINGUAGEM CONSTITUCIONAL, DENSIDADE JURÍDICA E INTERPRETAÇÃO: O CAMINHO AINDA NÃO TRILHADO

Daniel de Souza Lucas, Carlos Bolonha	149
1 Introdução.....	149
2 O lugar-comum da linguagem constitucional, da densidade jurídica e da interpretação	152
3 O caminho ainda não trilhado	155
4 Conclusão.....	158
Referências	159

A DEGRADAÇÃO CONSTITUCIONAL BRASILEIRA

Daniel Vargas	161
1 Introdução.....	161
2 Cultura constitucional brasileira	162
2.1 Cultura constitucional como método	162
2.2 Momentos constitucionais.....	162
3 Momentos constitucionais	164
3.1 Fundacionalismo	164
3.2 Construtivismo.....	165
3.3 Gerencialismo.....	167
3.4 Ceticismo.....	169
4 A degradação constitucional	170
5 Conclusão.....	171
Referências	172

AS CONFLITUALIDADES INTRÍNSECAS DA NORMA CONSTITUCIONAL

Emerson Garcia	173
1 Premissas argumentativas.....	173
2 Aspectos essenciais das conflitualidades intrínsecas	175
3 Requisitos das conflitualidades intrínsecas	180
4 Fatores que concorrem para o surgimento das conflitualidades intrínsecas	182
5 Planos de desenvolvimento das conflitualidades intrínsecas.....	186
6 Epílogo	192
Referências	193

RAZÕES HISTÓRICAS DO PRESIDENCIALISMO NO BRASIL E SUA PERMANÊNCIA NA CONSTITUIÇÃO PROMULGADA EM 1988

Leonam Baesso da Silva Liziero	197
1 Introdução.....	197
2 O histórico predomínio do Presidente da República no Brasil.....	197
3 A instauração do parlamentarismo na era republicana.....	201

4	O Parlamentarismo em questão na Constituinte de 1987/1988.....	204
5	Conclusão.....	205
	Referências	206

TRANSFORMAÇÕES DO ESTADO E DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA NA CONJUNTURA DA “CRISE ECONÔMICA”

	Soraya Gasparetto Lunardi, Dimitri Dimoulis.....	207
1	Introdução.....	207
2	A crise do estado brasileiro durante o governo Temer. Palavras de ordem do discurso dominante e a postura de STF	208
3	Crise de direitos fundamentais.....	213
4	Crise democrática	214
5	Uma contraproposta. A constituição da multidão (Antonio Negri)	216
6	Considerações conclusivas	219
	Referências	220

PARTE III CONSTITUIÇÃO, 30 ANOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS

30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988: DIREITOS FUNDAMENTAIS PARA ALÉM DO PAPEL E O DIREITO À INFORMAÇÃO

	Ana Paula de Barcellos.....	225
	Referências	233

DIREITOS FUNDAMENTAIS, CONSTITUIÇÃO E MEIO AMBIENTE

	Daniel Braga Lourenço.....	235
1	Introdução: natureza em colapso	235
2	O arcabouço jurídico-ambiental brasileiro.....	237
3	Inefetividade administrativa e retrocesso legislativo.....	240
4	Considerações finais.....	243
	Referências	245

DIREITOS HUMANOS E SAÚDE GLOBAL

	Deisy Ventura.....	247
1	Introdução.....	247
2	O paradoxo constitutivo da saúde global	249
3	Austeridade em saúde e direitos humanos.....	251
4	Direito à saúde x cobertura universal de saúde	252
	Referências	254

A LIBERDADE RELIGIOSA AOS TRINTA ANOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA

	Jayme Weingartner Neto, Ingo Wolfgang Sarlet.....	257
1	Considerações preliminares.....	257
2	A liberdade religiosa como direito fundamental	259
3	Apresentação e breve análise dos principais casos submetidos ao STF	260
3.1	A ausência de força normativa da referência a Deus no Preâmbulo.....	260
3.2	O problema da não realização de exame (ENEM) por força de convicção religiosa.....	262
3.3	A querela em torno do sacrifício ritual de animais.....	265
3.4	Vedação de proselitismo em rádios comunitárias	271
3.5	Ensino religioso em escolas públicas	272
4	Considerações finais	280
	Referências	280

AS FASES DE UMA EVOLUÇÃO TRINTENÁRIA E A IMPORTÂNCIA DE REFORÇO COTIDIANO DOS DIREITOS DE LIBERDADE EXPRESSOS NA CONSTITUIÇÃO DE 1988 SOB SUA DICOTOMIA ESTRITA E SUBSTANTIVA

	Luigi Bonizzato.....	283
1	Introdução.....	283
2	As fases e momentos nos primeiros 30 anos da Constituição.....	283
3	Breve histórico e considerações sobre alguns direitos de liberdade tradicionais e em sentido estrito	288
4	Liberdades substantivas e direitos sociais: a associação decorrente, conclusiva e futurística.....	298
5	Conclusão.....	305
	Referências	305

A INFLUÊNCIA DO MANIFESTO DE CÓRDOBA DE 1918 NA CONSTITUIÇÃO
BRASILEIRA DE 1988: UMA ANÁLISE EVOLUTIVA SOBRE O DIREITO À
EDUCAÇÃO

Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha	307
1 Introdução.....	307
2 O ensino superior no Brasil: genealogia histórica.....	316
3 A educação na Constituição brasileira de 1988.....	323
4 Conclusão.....	326
Referências	332

O LOBBY DO BATOM: 30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

Schuma Schumacher	335
1 Contextualizando.....	335
2 Estava dada a largada	335
3 Uma estratégia bem sucedida	336

MOVIMENTOS FEMINISTAS E OS 30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL
BRASILEIRA: DO “LOBBY DO BATOM” AOS RETROCESSOS

Vanessa Batista Berner	341
1 Situando o debate	341
2 O feminismo, a política e o processo constituinte.....	341
3 O <i>lobby</i> do batom.....	346
4 Um Estado heterossexual	350
5 “Eu sozinha ando bem, mas com você ando melhor”	355
Referências	357

PARTE IV
CONSTITUIÇÃO, A VIA JUDICIAL E OUTRAS VIAS

JUÍZES FALANDO PELO POVO: POPULISMO JUDICIAL PARA ALÉM DAS
DECISÕES JUDICIAIS

Diego Werneck Arguelhes	361
Referências	366

TRIBUNAIS CONSTITUCIONAIS E SEUS AUDITÓRIOS

Fábio Perin Shecaira, Noel Struchiner	369
1 O difícil trabalho de um juiz constitucional	369
2 Fundamentação das decisões judiciais.....	369
3 Lógica <i>vs</i> Retórica	370
4 O problema da diversidade de auditórios	372
5 Auditórios privilegiados.....	374
6 Conclusão: soluções à vista?	375
Referências	376

TRÊS DESAFIOS À APLICAÇÃO DA METÁFORA DOS “DIÁLOGOS
INSTITUCIONAIS” PARA A LEGITIMAÇÃO DA JURISDIÇÃO
CONSTITUCIONAL

Fernando Leal	377
1 Introdução	377
2 Três problemas	379
3 Conclusão.....	386
Referências	387

INDEPENDÊNCIA REAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO APÓS A CONSTITUIÇÃO
DE 1988: DESENHOS INSTITUCIONAIS INFORMAIS E JOGOS OCULTOS
ENTRE PODERES

Flavianne Fernanda Bitencourt Nóbrega	389
1 Introdução: a correlação inversa entre a independência <i>de jure</i> e a independência <i>de facto</i> do ministério público.....	389
2 Desmistificando a independência do Ministério Público no Brasil	391
3 A autonomia financeira e administrativa dada pela Constituição da República Federativa do Brasil em 1988: desenho institucional formal	393
4 Índícios da não implementação do desenho institucional formal após 1988. A regra constitucional da autonomia administrativa e financeira do Ministério Público não vale para todos	395
5 A não independência <i>de facto</i> do Ministério Público – O caso de Pernambuco.....	397
5.1 Ministério Público de Pernambuco pós-1988 como Departamento da Secretaria de Justiça do Poder Executivo	398
5.2 O início da autonomia administrativa do Ministério Público em Pernambuco: a crise de 1995	401

5.3	Orçamento do Ministério Público definido pelo Poder Executivo – O desenho institucional real e jogos ocultos entre os poderes.....	403
5.4	Outros indicadores relacionados à autonomia financeira do Ministério Público.....	408
6	Conclusão: Ministério Público, estado de direito aparente e jornada democrática inacabada	409
	Referências	412

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E A CULTURA DO INCONSTITUCIONALISMO

	Luiz Henrique Urquhart Cademartori, Eduardo de Carvalho Rêgo	415
1	Introdução.....	415
2	Neoconstitucionalismo e ativismo judicial no contexto brasileiro pós-1988.....	416
2.1	Neoconstitucionalismo enquanto expressão do chamado “moralismo jurídico”.....	418
2.2	Ativismo judicial e politização do Direito.....	422
3	Ativismo judicial e controle de constitucionalidade.....	425
3.1	Ativismo judicial no controle de constitucionalidade.....	426
3.2	A cultura do “inconstitucionalismo” no Brasil contemporâneo.....	428
4	Conclusão.....	431
	Referências	432

CONSIDERAÇÕES SOBRE O ATIVISMO JUDICIAL NO SÉCULO XXI

	Maria Cristina Irigoyen Peduzzi	435
1	Introdução.....	435
2	Segurança jurídica, hermenêutica e ativismo judicial	435
3	Críticas contemporâneas ao ativismo	438
3.1	Ran Hirschl: ativismo judicial como consequência da juristocracia	438
3.2	Cass Sunstein e o minimalismo judicial	440
3.3	Jeremy Waldron, o desacordo moral e a dignidade da legislação	442
3.4	É possível defender a dignidade da legislação?.....	443
3.5	O papel do Poder Judiciário na perspectiva de Waldron	444
3.6	Mark Tushnet e a crítica dos direitos	445
4	Conclusão.....	446
	Referências	447

JULGANDO FORA DOS AUTOS: UMA NOVA REFLEXÃO SOBRE *OBITER Dicta* EXOPROCESSUAIS NO BRASIL

	Thomas Bustamante	449
1	Introdução.....	449
2	A noção de <i>obiter dicta</i> exoprocessuais.....	451
3	Modalidades de <i>obiter dicta</i> exoprocessuais.....	452
3.1	<i>Obiter dicta</i> prejulgadores	452
3.2	<i>Obiter dicta</i> de competição interna.....	454
3.3	<i>Obiter dicta</i> corporativos.....	455
3.4	<i>Obiter dicta</i> pseudo-científicos.....	458
4	Conclusão.....	460
	Referências	462

PARTE V CONSTITUIÇÃO E DIREITO ADMINISTRATIVO

CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR: UM PROCESSO EM ANDAMENTO

	Alice Bernardo Voronoff	465
1	Constitucionalização do direito, do direito administrativo e do direito administrativo sancionador: desafios da pós-modernidade.	465
2	Primeira etapa do processo de constitucionalização do direito administrativo sancionador: sindicabilidade, extensão de garantias e estreitamento do mérito administrativo.....	468
3	Segunda etapa do processo de constitucionalização do direito administrativo sancionador: é preciso corrigir premissas e critérios equivocados.....	472
3.1	Premissas equivocadas	472
3.2	Critérios hermenêuticos equivocados	474
4	Qual o caminho a ser percorrido para a efetiva constitucionalização do direito administrativo sancionador?	477
	Referências	478

COMO DESESTRUTURAR UMA AGÊNCIA REGULADORA EM PASSOS SIMPLES

Eduardo Jordão, Maurício Portugal Ribeiro	481
1 Introdução.....	481
2 As dicas para os chefes do Poder Executivo.....	482
2.1 Enfraqueça o corpo diretor das agências reguladoras	482
2.2 Prejudique a operação da agência.....	483
2.3 Exponha as decisões das agências a todo tipo de controle.....	485
3 As dicas para os órgãos de controle.....	486
3.1 Limite o leque de ações ou instrumentos à disposição das agências.....	486
3.2 Usem os poderes de punição para amedrontar os funcionários das agências.....	487
3.3 Interfira nas escolhas e decisões regulatórias.....	488
4 As dicas para os membros das próprias agências.....	489
4.1 Descumpram contratos e frustrem a segurança jurídica	489
4.2 Não liguem muito para procedimentos	490
4.3 Negligenciem a importância da difusão informacional.....	491
5 Conclusão.....	492
Referências	493

PODER DE POLÍCIA, DIREITOS FUNDAMENTAIS E INTERESSE PÚBLICO: 30 ANOS DE CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO NO BRASIL

Gustavo Binenbojm	495
1 Direitos fundamentais e democracia como elementos estruturantes do estado administrativo contemporâneo	495
2 Poder de polícia, direitos fundamentais e democracia	506
3 Limites impostos ao poder de polícia pelos direitos fundamentais.....	508
4 O papel do poder de polícia na proteção e promoção de direitos fundamentais.....	517
5 Poder de polícia, democracia e limites constitucionais: a ponderação proporcional entre objetivos coletivos e direitos fundamentais.....	524
6 Conclusões.....	530
Referências	533

INTEGRAÇÃO METROPOLITANA E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE INTERESSE COMUM

Sérgio Guerra	535
1 Introdução.....	535
2 A repartição de competência e o princípio da predominância do interesse.....	536
3 A função de serviço público e a partilha de competências constitucionais.....	539
3.1 Os serviços públicos de competência da união, dos estados e municípios	540
4 A instituição de regiões metropolitanas pelo estado para a execução de função pública (serviço público) de interesse comum.....	542
5 A instituição e organização das regiões metropolitanas no Supremo Tribunal Federal: os limites para atuação dos estados e municípios	545
6 Conclusão.....	548
Referências	549

PARTE VI OUTRAS ABORDAGENS

A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988: ENTRE O *HOMEM ECONÔMICO* E A *MULHER LITERÁRIA*

André Karam Trindade, Guilherme Gonçalves Alcântara	553
1 Introdução.....	553
2 Constituição Brasileira de 1988: mulher de fases.....	554
3 O <i>homem econômico</i>	556
4 Um contraste: a <i>mulher literária</i>	558
5 Conclusão	562
Referências	564

DO LIBERALISMO AO NEOLIBERALISMO: O Esvaziamento Democrático e a Tirania do Mercado

Georgeton Melo Nogueira	567
--------------------------------------	-----

1	Liberalismo e democracia	567
2	A face neoliberal do capitalismo	570
3	A tirania do mercado e a submissão democrática	572
4	Considerações	575
	Referências	575

O FUTURO DA ADVOCACIA: UMA ESPECULAÇÃO FUNDAMENTADA DO QUE NOS ESPERA; O QUE PENSA E QUER A GERAÇÃO QUE VAI FAZER O FUTURO DA ADVOCACIA?

Luiz Guilherme Migliora	577
1 Introdução.....	577
2 As firmas e suas várias formas no Brasil de hoje	577
3 Os talentos que serão o futuro da advocacia	578
4 O comprometimento organizacional afetivo	580
5 E o que têm feito os escritórios de advocacia nesse cenário?	581
6 Conclusão.....	584
Referências	585

O PRINCÍPIO DA COLABORAÇÃO NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015: BREVE ANÁLISE SOB A ÓTICA DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

Marcia Cristina Xavier de Souza	587
1 Introdução.....	587
2 Cooperação nacional	589
3 Igualdade	589
4 Contraditório, vedação de decisão surpresa e fundamentação	590
5 Negócios jurídicos processuais e calendário processual.....	592
6 Colaboração entre os representantes legais das partes	593
7 Conclusão	594
Referências	594

A TRIBUTAÇÃO NA ERA DA AUSTERIDADE SELETIVA

Ricardo Lodi Ribeiro	595
Referências	602

RESILIÊNCIA CONSTITUCIONAL E O PAPEL ESTABILIZADOR DAS CONSTITUIÇÕES NAS SOCIEDADES DEMOCRÁTICAS

Luís Cláudio Martins de Araújo	605
Introdução	605
1 Constitucionalismo e a criação das Constituições	606
2 Resiliência constitucional e o papel estabilizador das constituições nas sociedades democráticas.....	610
3 Conclusão.....	615
Referências	616

SOBRE OS AUTORES.....	619
-----------------------	-----

